



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 25 de junho de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Está muito difícil produzir na Zona Franca de Manaus", desabafa Marcelo Ramos .....	1
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Exportações .....	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO EUA .....	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Estudo .....	4
ECONOMIA	
A CRITICA EM DEBATE .....	5
ECONOMIA	
A CRITICA LICITAÇÃO .....	6
ECONOMIA	
A CRITICA Diretrizes antes da licitação .....	7
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Indústria naval tem 2,5 mil vagas abertas .....	8
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Prospecção .....	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Sudam-Sudene .....	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Metalúrgicos do DI pedem reajuste salarial de 17% .....	11
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Defesa da Zona Franca .....	12
OPINIÃO	

## Está muito difícil produzir na Zona Franca de Manaus", desabafa Marcelo Ramos

ESPECIAL PARA O JCM

**N**esta entrevista, o deputado estadual Marcelo Ramos (PSB), destaque na Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas) por sua postura exclusivamente de oposição, diz que a bancada federal do Amazonas está perdendo a batalha em favor da Zona Franca de Manaus no Congresso Nacional, e chama a atenção do Palácio do Planalto para investimentos em infraestrutura de energia, comunicação, portos e aeroportos para salvar o PIM.



O deputado Marcelo Ramos disse que as MPs aprovadas recentemente prejudicam, sim, o PIM

**O governo tem que começar descontinenciando cerca de R\$ 1 bilhão da Suframa. Isso nos colocaria em condições de competir. De outra forma, é impossível**

data pra acabar.

**JCM** - O deputado federal Francisco Praciano, em entrevista ao *Jornal do Commercio*, informou a apresentação de proposta diminuindo de cinco para dois por cento a exigência para que as empresas invistam em pesquisas em Manaus. Como o senhor analisa essa proposta?

**MR** - O deputado Praciano, por quem eu tenho carinho e respeito, poderia levantar-se contra as medidas provisórias que infelicitam a Zona Franca de Manaus e sensibilizar a presidente da República, Dilma Rousseff, que é do partido dele, a garantir as vantagens comparativas da ZFM. A proposta do deputado Praciano, na verdade, culpa as vítimas, só complica mais a situação do PIM.

**JCM** - O deputado Praciano diz que a ZFM não perde nada com a Medida Provisória 534, e passa a produzir tablets.

**MR** - Hoje, para produzir tablets em nível nacional, com a redução do PIS/COFINS/IFI, o empresário vai ter um custo de 3%. Aqui em Manaus, o empresário tem um custo de 3,75%. Então, se o empresário paga mais caro em Manaus, incluindo os custos com comunicação, energia e de transporte, ela vai produzir tablets em outro lugar, o argumento do deputado Praciano não se sustenta, ele tem que reconhecer que há uma MP do governo que ele apoia que contraria os interesses do Estado do Amazonas.

**JCM** - O senhor conhece as emendas apresentadas pela bancada federal do Estado ao Congresso para diminuir os impactos da MP 534?

**MR** - As emendas são um jogo de cena dos senadores amazonenses. Ouvi um deles dizer que a forma de proteger a ZFM é proibir os controles remotos. Isso não tem cabimento. Outros ficam discutindo o tamanho dos tablets. O tamanho na lei deveria ser o tamanho do tablet da Samsung, do Ipad, que é que eles querem produzir em outro centro. Eles flexibilizam o tamanho, que abre margem pra outros tablets. O tablet da Samsung, o Galax, já tem TV analógica e digital, produzido lá na Bahia.

**JCM** - O ex-senador Artur Neto diz estar ficando cada vez mais difícil defender a ZFM diante da evolução da tecnologia. Como se comportar diante disso?

**MR** - Primeiro temos que estabelecer o marco zero de um resgate da infraestrutura do PIM. Se o governo federal quer que o Amazonas concorra em igualdade de condições com outros estados brasileiros com relação a produção de bens de informática, ele tem que reorganizar o nosso aeroporto, construir um porto decente, investir num parque elétrico e construir um novo sistema de comunicação. Isso é dever do governo federal, o que poderia ser concretizado com o governo descontinenciando aproximadamente R\$ 1 bilhão da Suframa. Isso nos colocaria em condições de competir. De outra forma, é impossível.

*Jornal do Commercio* - Quem é o maior adversário da Zona Franca de Manaus hoje?

**Marcelo Ramos** - Nós lamentamos hoje a pouca combatividade da nossa bancada federal no Congresso Nacional. Como precisa do apoio do governo federal para resolver seus problemas pessoais, não se levanta contra o governo mesmo estando em jogo interesses do povo do Amazonas. Outro inimigo é o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, candidato à prefeitura de São Paulo em 2012, e que faz do Ministério um instrumento para conquistar a prefeitura paulista. Assim, ele causa prejuízos a muitos Estados brasileiros, em especial ao Estado do Amazonas com as medidas provisórias 517, 534 e agora com a insanidade de sustentar a tese de ampliar

os benefícios da MP 534, que é específica para os tablets, para aparelhos de telefonia e para os televisores. Isso será o tiro de misericórdia na Zona Franca de Manaus.

**JCM** - Porque o site se chama Imperdível?

**PV** - A ideia, como já foi dito, surgiu nos EUA. Nós a trouxemos para o Brasil e apostamos que ela iria pegar e crescer, não tínhamos a proporção de que o site iria obter todo esse sucesso.

**JCM** - As três MPs destroem a ZFM?

**MR** - Elas tiram as vantagens comparativas da ZFM, está muito difícil produzir em Manaus, onde não há portos modernos, não há aeroportos e nem ligação rodoviária com outras regiões do país, a energia é precária e o sistema de comunicação é caro e ineficiente. E estamos distantes dos mercados consumido-

res. O que compensa isso são as vantagens comparativas da ZFM. A presidente

**“Então, se o empresário paga mais caro em Manaus, ele vai produzir tablets em outro lugar”**

Dilma Rousseff, ao mesmo tempo em que a ZFM, retira suas vantagens comparativas. Na hora em que o custo do nosso caos logístico for menor ou próximo do benefício do incentivo fiscal, a empresa fecha as portas no PIM e reabre seus negócios em São Paulo.

**JCM** - Então, o PIM está

condenado ao sucateamento?

**MR** - Espero que não. Lamentavelmente, aparece um deputado federal (Francisco Praciano) e diz à imprensa que a MP 534 veio em boa hora e ajuda a repensar a ZFM. Ora, a MP 534 é o caos, desemprego no PIM e gente morrendo de fome.

**JCM** - Como a Assembleia Legislativa poderia fiscalizar a obrigatoriedade das empresas que atuam na ZFM a investirem cinco por cento dos seus lucros em pesquisas a fim de fortalecer a atividade industrial em Manaus?

**MR** - Em primeiro lugar, nós temos um problema no modelo, que não é a vocação da nossa região. Mas é ele quem faz o Amazonas ser o quarto maior PIB do país e, então, deveria ter financiado a construção de alternativas econômicas, porque a ZFM sempre teve

## Exportações

### **JBS segue líder, diz Secex**

O grupo JBS continua na primeira posição no ranking de receita com exportações entre as companhias de carne brasileiras no acumulado do ano até maio, segundo dados divulgados hoje pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). As vendas externas do grupo no período totalizaram US\$ 1.090 bilhão, avanço de 166,80% ante os US\$ 408.795 milhões do período anterior. O Bertin, incorporado em setembro de 2009 pelo grupo, cujos números ainda são divulgados separadamente pela Secex, não figurou na lista de maio. Com esse resultado, a JBS ficou na oitava posição no ranking geral das 40 principais empresas brasileiras em exportação nos cinco primeiros meses do ano, mesma colocação obtida no levantamento anterior.

A Sadia aparece na sequência, com receita cambial de US\$ 993.068 milhões nos cinco primeiros meses de 2011, alta de 17,53%, com relação aos US\$ 844.981 milhões de igual etapa de 2010, seguida pela BRF - Brasil Foods (antiga Perdigão), com US\$ 968.027 milhões, aumento de 16,17% ante a receita de US\$ 833.302 milhões do mesmo período do ano passado. Com os resultados, a Sadia ficou na décima posição no ranking geral e a BRF, em 12º lugar.

## EUA

### *Crescimento do PIB no 1º trimestre é revisado para cima*

A economia dos EUA teve expansão um pouco maior do que a calculada inicialmente no primeiro trimestre deste ano, segundo dados revisados do Departamento do Comércio.

O PIB (Produto Interno Bruto) do país cresceu à taxa anual ajustada pela inflação de 1,9% nos três primeiros meses do ano, em vez de 1,8% como estimado antes. Ainda assim, o avanço foi bem menor do que o de 3,1% registrado no quarto trimestre de 2010.

O resultado também ficou abaixo da previsão dos economistas ouvidos pela Dow Jones, que esperavam que o PIB do primeiro trimestre

fosse revisado para alta de 2,0%.

Para o segundo trimestre deste ano, as estimativas são de crescimento similarmente fraco enquanto os consumidores norte-americanos continuarem gastando cautelosamente e as empresas continuarem contratando pouco. As informações são da Dow Jones.

#### **Bens duráveis**

As encomendas de bens duráveis nos EUA subiram 1,9% em maio, para o nível sazonalmente ajustado de US\$ 195,57 bilhões, informou o Departamento do Comércio. Economistas ouvidos pela

Dow Jones previam alta de 1,6% das encomendas. Em abril, as encomendas caíram 2,7%.

Grande parte do aumento reflete encomendas do setor de transportes. Excluindo transportes, as encomendas avançaram 0,6% em maio, após queda de 0,4% em abril.

Os limites impostos às indústrias pelo efeito do terremoto no Japão na cadeia de suprimentos e da alta do preço do petróleo foram contrabalançados, em certo grau, por uma nova legislação fiscal que permite às companhias deduzirem 100% do imposto que incide sobre os lucros de certos tipos de investimento em 2011.

## Estudo

# Redução de ICMS para importador não afeta arrecadação

No momento em que o governo federal negocia com os Estados o fim da chamada guerra fiscal, um estudo realizado pela consultoria Rosenberg & Associados mostra que a redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para as importações não gera perda de arrecadação e não interfere na decisão dos importadores. O documento aponta que a arrecadação de ICMS subiu nos últimos anos em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) estadual, principalmente nos oito Estados considerados "incentivadores".

A redução das alíquotas de ICMS também explicaria apenas 0,9% do aumento das importações brasileiras no período de 1990 a 2010. O crescimento da economia brasileira e a taxa de câmbio real seriam os responsáveis pelo crescimento virtuoso das compras no mercado in-

ternacional nos últimos anos. O estudo "Importações e Incentivos Fiscais - Desconstruindo Mitos" foi realizado a pedido da Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior (Abece), que reúne empresas tradings (que intermediam operações de exportação e importação).

"O estudo não confirma os argumentos de que as importações subiram significativamente por conta dos incentivos. O impacto global é desprezível", afirmou um dos autores do documento, Michal Gartenkraut.

### Taxa de câmbio

O presidente da Abece, Ivan Ramalho, disse que a pesquisa foi importante para identificar a motivação da decisão de importar. "Nós acreditamos que antes de qualquer importação vem uma tomada de decisão, que não é motivada pelos in-

centivos estaduais. Mas, muitas vezes, a decisão é tomada por causa da taxa de câmbio", afirmou.

Ramalho, que foi secretário executivo do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) no governo Lula, argumenta que 86% da pauta de importação em 2010 foram de produtos ligados à produção industrial, como bens intermediários e máquinas e equipamentos. "Quando a produção cresce, cresce a importação. Este vínculo é muito forte", afirmou.

O levantamento mostra também que não alterou significativamente o ranking de Estados importadores. Isso significa que não houve uma grande mudança na logística das importações brasileiras. Dos Estados que usam os incentivos fiscais, apenas Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso do Sul mudaram de forma expressiva sua

colocação na lista.

## Por dentro

### Sem grandes mudanças logísticas

Na semana passada, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) entrou com uma Ação Direta de Constitucionalidade no STF (Supremo Tribunal Federal) contra incentivos de ICMS às importações dados pelo governo do Ceará. Foi a quinta ação da entidade questionando este tipo de incentivo. Em nota à imprensa, a CNI expressou que a redução de ICMS traz uma "injusta vantagem concorrencial", afetando quem produz ou importa os mesmos produtos em outros Estados.

EM DEBATE

# Qualificação para o polo naval do AM

Seminário no dia 28 vai tratar desse assunto

Seplan, Suframa, Sebrae, Ufam e uma rede de instituições que inclui UEA, Prefeitura de Manaus, Cetam promovem no dia 28, no auditório do Sesi, às 8h30, o I Seminário "Formação Profissional para o APL da Indústria de Construção Naval", o qual pretende apresentar e discutir ações voltadas para a qualificação de pessoal no setor. Atualmente, a indústria naval emprega cerca de 9 mil pessoas, mas a estimativa é que a oferta de vagas alcance a marca de 50 mil nos próximos 5 anos, o que demandará contínua capacitação de trabalhadores para atuar neste mercado.

A estruturação do polo naval do Amazonas é um projeto do Governo do Estado e da Suframa, em parceria com sindicatos

de empresas e trabalhadores além de instituições de fomento, pesquisa e desenvolvimento. Desde janeiro deste ano, vem sendo delineadas ações para a implantação do polo, como a urbanização de uma área a ser cedida pela Suframa onde estará concentrada as atividades do setor, já chamado de Distrito Industrial 3. Estão previstos projetos para a integração da cadeia produtiva, legalização das condições trabalhistas, atualização e aperfeiçoamento dos profissionais do setor e atualização tecnológica.

O Amazonas conta atualmente com cerca de 300 estaleiros de pequeno porte e uma frota regional estimada em 50 mil embarcações. A qualificação profissional é um dos maiores desafios.

## LICITAÇÃO

# Porto na área da antiga Siderama

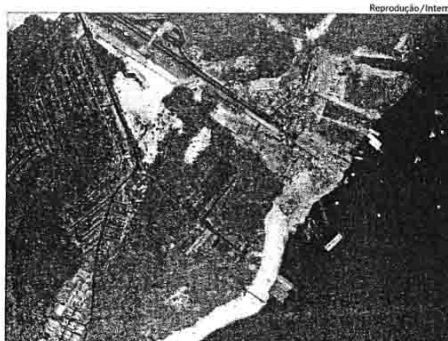
**RENATA MAGNENTI**  
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Ontem, quando a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) disse que irá licitar concessão de portos no País iniciando por Manaus, referia-se ao porto privado - de carga e

descarga de produtos - que deverá ser construído na área da antiga Siderama, na Zona Leste, próximo ao Distrito Industrial.

O empresário Maurício Loureiro disse que, há pouco tempo, esteve com o diretor-geral da Antaq e ex-ministro da Secretaria Especial de Portos

(SEP), Pedro Brito, e durante a conversa foi informado de que neste momento a Agência deve licitar a concessão de operação para executar a obra já que no ano passado uma empresa estrangeira ganhou a licitação para a elaboração do projeto conceitual do novo porto.



Área da antiga Siderama, local em que será construído o novo porto

“Como Manaus não tem nenhum porto de carga e descarga essa opção é ótima. O ideal era que a cidade tivesse pelo menos cinco bons pontos para termos competitividade e resposta no atendimento”, disse Loureiro.

Um ponto positivo, segundo o empresário e diretor-executivo da Technos, é que o novo porto estará dentro do Distrito Industrial e não deverá atrapalhar o trânsito na área central e urbana da cidade, que anda muito tumultuado. No entanto, a licitação só deve acontecer em dezembro, de acordo com o secretário de Estado do Planejamento (Seplan), Marcelo Lima.



## Diretrizes antes da licitação

### Setor privado precisa disso para entrar na disputa

Antes de licitar, a Antaq precisa definir as diretrizes para transferir ao setor privado a construção de novos portos marítimos no Brasil. “Além disso, a empresa dinamarquesa que ganhou a licença do projeto conceitual, Maersk Line, precisa concluir os estudos ambientais para que o projeto seja aprovado junto aos órgãos competentes e isso deve se dar até novembro”, segundo o secretário da Seplan, Marcelo Lima.

Quanto à concessão, segundo ele, a empresa que conquistá-la irá gerir o porto, assim como também será responsável pela obra de engenharia. “As obras só deverão ser iniciadas em fevereiro de 2012 e o investimento deverá ser de cerca de R\$ 300 milhões”. De acordo com o secretário da Seplan, o investimento é alto e contempla a demanda atual e o crescimento do Polo Industrial para os próximos 20 a 30 anos.

#### ULTRAPASSADO

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), Ralph Assayag, disse há 15 anos já defendia a construção de um porto na área da antiga Siderama. “Hoje a situação é outra, pois estou con-



Marcelo Lima, titular da Seplan

vencido de que quando o projeto estiver concluído o modelo estará ultrapassado para atender à demanda atual da cidade no que se refere à carga e descarga”. Ralph acrescentou ainda que a cidade necessita de porto para atender os moradores do Estado e os turistas.

Marcelo Lima disse que na próxima semana o governador Omar Aziz deve anunciar um projeto de intervenções urbanas que contempla melhorias na Manaus Moderna. E, disse ainda que na próxima semana deverá ser anunciada também novidades sobre a construção do Porto das Lajes, localizado na zona Leste de Manaus.

### Indústria naval tem 2,5 mil vagas abertas

**HENRIQUE SAUNIER**  
Especial para o EM TEMPO  
henrique@emtempo.com.br

A falta de profissionais qualificados para a indústria naval do Amazonas deixa em aberto mais de 2,5 mil vagas de emprego no Estado. Montadores, soldadores e outras funções do segmento fazem parte do quadro de ocupações que poderiam ser preenchidas nos estaleiros locais, mas ficam vazias, pois as empresas não conseguem encontrar pessoas aptas, conforme informação do Sindicato da

Indústria da Construção Naval de Manaus (Sindnaval).

De acordo com o presidente do sindicato, Matheus Araújo, a demanda por profissionais qualificados na região é grande e os estaleiros acabam sofrendo com essa falta. No entanto, ele apontou que as instituições de ensino estão fazendo a sua parte. "A Ufam (Universidade Federal do Amazonas) está tentando formular um curso de engenharia voltado à construção naval. Já a Ulbra (Universidade Luterana do Brasil) tem o seu curso técnico de engenharia naval", pontuou.

Araújo exemplificou essa

falta com fatos recentes ocorridos com empresários locais do ramo. Conforme o presidente, há algumas semanas, o estaleiro da Bertolini estava precisando de 20 montadores, mas conseguiu apenas uma pessoa. Outro estaleiro, segundo Araújo, precisou de 50 profissionais para enviar a Rondônia para um serviço, mas conseguiu apenas cinco.

E, mesmo com a falta desses trabalhadores, as empresas locais ainda precisam concorrer com outros países. Segundo Araújo, uma companhia da Argentina veio buscar para um serviço

naquele país. "Um profissional bem qualificado pode ganhar em um estaleiro quase R\$ 3,5 mil. É fácil vir um outro empregador e oferecer R\$ 5 mil e levar esse bom profissional embora", destacou.

É exatamente nesse sentido que está o bloqueio para as empresas deixarem de investir na qualificação, conforme disse o presidente. "O empresário fica receoso em investir em cursos e deixar aquele funcionário bem preparado. Depois que essa pessoa se torna um profissional qualificado, ele vai em busca de algo melhor", explicou.

#### Seminário

Com o intuito de discutir ações que envolvem a qualificação no setor, vai acontecer a primeira edição do Seminário 'Formação Profissional para o APL (Arranjo Produtivo Local) da Indústria de Construção Naval', na próxima terça-feira, no auditório do Sesi, às 8h30. O seminário é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), com apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e do Sindnaval.

A estruturação do polo naval do Amazonas é um projeto do

governo do Estado e da Suframa, em parceria com sindicatos, além de instituições de fomento, pesquisa e desenvolvimento. Desde janeiro deste ano, ações para a implantação do polo naval são discutidas, como a urbanização de uma área a ser cedida pela autarquia onde estão concentradas as atividades do setor e que é chamada de 'Distrito Industrial 3'.

Estão previstos apresentação de projetos para a integração da cadeia produtiva, legalização das condições trabalhistas, atualização e aperfeiçoamento dos profissionais do setor e atualização tecnológica.

### Qualificação é desafio

Atualmente, a indústria naval emprega nove mil pessoas, mas a estimativa é que a oferta de vagas alcance a marca de 50 mil nos próximos cinco anos, o que demanda a contínua capacitação de trabalhadores para atuar neste mercado. O Amazonas conta, atualmente, com 300 estaleiros de pequeno porte e uma frota regional estimada em 50 mil embarcações.

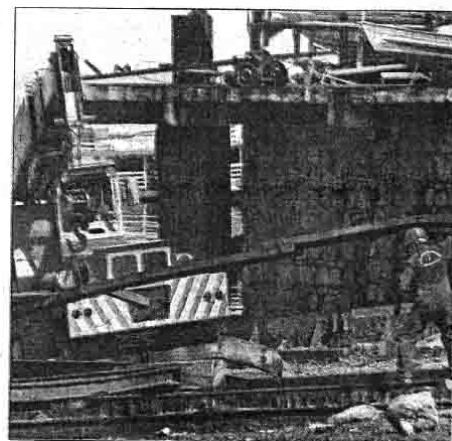
De acordo com a Seplan, a qualificação profissional é um dos maiores desafios dos agentes públicos envolvidos na consolidação do setor naval. O

seminário organizado pretende apontar alternativas para a capacitação do pessoal que atua nesse mercado. O auditório do Sesi está localizado na avenida Joaquim Nabuco, 1919.

Além dessas instituições, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Ufam Universidade Estadual do Amazonas (UEA), a Prefeitura de Manaus e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) estão envolvidos na organização do seminário da próxima terça-feira, no Sesi.



Segundo o Sindnaval, um profissional bem qualificado pode ganhar em um estaleiro quase R\$ 3,5 mil



Além da concorrência interna, estaleiros do Estado do Amazonas competem por profissionais qualificados até com empresas de fora

### Fiscalizações e dificuldades

O presidente do Sindnaval, Mateus Araújo, apontou uma outra situação que está 'dificultando' a vida de algumas empresas. Segundo ele, as fiscalizações Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) estão intensas e, muitas vezes, acabam não compreendendo a realidade econômica dos estaleiros.

"Uma das exigências impostas nas fiscalizações é de que

seja construído um banheiro para cada grupo de 50 funcionários. No entanto, temos estaleiros que geram mais de mil empregos. Quando os fiscais apontam essas deficiências é pedido um prazo de 48 horas para regularização. Acredito que poderiam ser feitas visitas preventivas e dado um prazo maior para adequação", disse.

## Prospecção

# Comitiva da Suframa vai a países da Europa

Até o próximo dia 7, representantes da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) participarão de missões empresariais na Alemanha, França, Bélgica e Portugal, com o objetivo de divulgar o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) e prospectar oportunidades de negócios e investimentos na região.

Na França, a equipe participará da 7ª Conferência Mundial do Global Consortium of Higher Education and Research for Agriculture. O objetivo articular parcerias para atrair o curso de Gestão de Recursos Minerais, do Instituto Politécnico La Salle Beauvais, da Fran-

ça. Em Portugal, a comitiva irá visitar centros de produção e formação de recursos humanos em cerâmica artesanal, visando firmar parcerias para o polo cerâmico local.

Na quarta, a superintendente Flávia Grosso participará do Simpósio e da Cerimônia em celebração ao 20º Aniversário do Centro de Microtecnologias ZFM da Universidade de Tecnologia de Chemnitz, e da conversão do Instituto de Pesquisas Fraunhofer em Instituto Fraunhofer de Sistemas Nanoeletrônicos ENAS, na Alemanha. No dia 1º, a superintendente se reunirá com técnicos do Inter University Microelectronic Center.

## Sudam-Sudene

# Senadora do AM propõe a prorrogação de incentivos

O Senado acaba de receber um projeto de lei prorrogando os incentivos fiscais das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) para 2073. Pela Lei nº 11.196 de 2005, a redução de 75% do imposto de renda às empresas vinculadas às duas autarquias só poderão ser garantidos aos projetos aprovados até 2013.

Segundo a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o fim do prazo preocupa os empresários e trabalhadores das duas regiões. "Eles temem ver seus projetos inviabilizados, o que causaria enormes prejuízos econômi-

cos", previu.

Ela argumentou que apenas recentemente Norte e Nordeste passaram a crescer acima da média nacional. No entanto, a desigualdade regional ainda é grande e, para que os números sejam revertidos, os incentivos fiscais devem continuar.

"Sem eles as empresas não vão abrir mão das vantagens de se instalarem nas regiões Sul e Sudeste que estão próximas do mercado consumidor, ou seja, os investimentos permanecerão focados nessas duas regiões, perpetuando a desigualdade territorial existente na economia brasileira", argumentou.

### Metalúrgicos do DI pedem reajuste salarial de 17%

**ALYNE ARAÚJO**

Equipe do EM TEMPO

alynearaujo@emtempo.com.br

No próximo dia 5, os sindicatos patronal e dos trabalhadores dos polos de duas rodas, metalúrgicos, bens magnéticos e eletroeletrônicos irão se reunir para discutir questões como recebimento de plano odontológico, maior número de vagas nas creches e redução de 44 para 40 horas semanais. Além disso, os industriários devem solicitar ainda o reajuste salarial de 17,5%.

Atualmente, os mais de 100 mil trabalhadores do Polo Industrial de Manaus (PIM) recebem, em média, R\$ 1,2 mil. "Com o aumento na renda salarial, os industriários também terão condições de melhorarem seus trabalhos, o que vai gerar mais rendimento para a própria fábrica", afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdemir Santana.

Ainda de acordo com o dirigente, outra questão de extrema importância a ser discutida está relacionada com a quantidade de vagas disponíveis nas creches. Hoje em dia, os funcio-

nários do PIM contam apenas com 1,8 mil vagas, quando o necessário é um total de 11 mil para crianças até seis anos.

Os representantes das empresas e dos trabalhadores devem chegar a um consenso até o fim do mês de julho. "Os acordos devem ser definidos rapidamente, pois são questões que envolvem as principais pessoas que ajudam a impulsionar a economia local", avaliou Santana.

#### Pedido difícil

Para o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) Athaydes, Mariano Félix, algumas das demandas serão difíceis de serem atendidas, como o reajuste salarial. "Isso porque muitas das fábricas não têm tantas condições para oferecer o aumento que a classe de trabalhadores está pedindo, principalmente as de pequeno porte", comentou.

Entretanto, de acordo com o dirigente, sempre pode haver negociações favoráveis para ambas as partes. "O ideal seria atender a todas as reivindicações da categoria. Porém, podemos encontrar a melhor solução para resolvê-las", destacou.

## Defesa da Zona Franca



**Paulo  
Figueiredo**

SEU COMENTÁRIO  
paulofigueiredo@uol.com.br

Adota-se no Brasil o sistema legislativo bicameral, formado pela Câmara e pelo Senado. Os deputados representam o povo brasileiro, independente de sua origem territorial. Já os senadores representam os Estados e o Distrito Federal, com estreita vinculação à área na qual foram

eleitos, segundo a natureza do sistema e por imposição da Constituição Federal. Na Câmara a representação política é proporcional à população de cada Estado, fato que estabelece o domínio das regiões mais populosas sobre as demais, ao passo que no Senado a representação é igualitária. São Paulo, por exemplo, tem setenta deputados federais, enquanto o Amazonas tem apenas oito. Entretanto, no Senado, todos os Estados comparecem ao Congresso com apenas três senadores, o que permite certo equilíbrio federativo. Portanto, cabe ao senador amazonense defender os interesses do Amazonas, assim como ao senador mineiro compete advogar em favor das demandas de Minas.

É o óbvio ululante, mas, paciência, mesmo porque há quem teime em ignorar regras tão primárias, frente à fruição de vantagens nem sempre explícitas. Temos no

Senado três senadores do Amazonas, dois titulares e um suplente. Este último, no exercício pleno da legislatura, por obra e graça da ausência do eleito, que simplesmente virou as costas para o mandato de oito anos. Bem, o que deles se espera, no mínimo, é que defendam com unhas e dentes o Estado do Amazonas, as reivindicações calcadas em nossa realidade social e econômica. E é de sabença geral, como diriam os leguleios, que aqui não há nada mais importante do que a Zona Franca, nossa única tábua de salvação. Sem ela, pelo amor de Deus, o desastre, a falência, a debacle, igual ou pior do que aquela que levou à quebra da chamada época áurea da borracha.

A história da Zona Franca é um espelho de crises sucessivas. Evidente que fica difícil o confronto com o poder político e econômico do Centro-Sul. No entanto, no

silêncio ou na omissão, pior ainda, na aquiescência, direta ou oblíqua, a situação se agrava. E é o que agora experimentamos no Senado com a Medida Provisória da presidente Dilma Rousseff que mutila ainda mais a Zona Franca de Manaus, de efeitos que podem ser devastadores para a economia local.

E os senadores do Amazonas, onde estavam ou onde ficaram? Abstiveram-se na votação do projeto de extensão de benefícios fiscais a todo o País, para a produção de bens considerados de informática, antes exclusivos da Zona Franca. Como bem o disse o senador goiano Demóstenes Torres, votaram contra o Amazonas e admitiram a ação castradora das vantagens comparativas do Polo Industrial de Manaus. A história da região os julgará e talvez seus eleitores nas próximas eleições.